

CPI do Metanol ouve condenada por adulteração de bebidas em SP

Depoente nega uso de metanol e relata esquema com bebidas mais baratas

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura a adulteração de bebidas alcoólicas realizou na Câmara Municipal de São Paulo, a oitava de uma mulher condenada em primeira instância por envolvimento em um esquema clandestino de falsificação. A depoente participou da sessão de forma remota, a partir da Penitenciária Feminina Sant'Ana, onde está presa desde outubro de 2025.

Segundo as investigações, ela foi detida em flagrante em uma fábrica irregular localizada em São Bernardo do Campo, no ABC Paulista. O local é apontado como possível origem de garrafas consumidas por duas pessoas em um bar na zona leste da capital paulista. Cerca de dois meses após a prisão, a Justiça determinou pena de sete anos de reclusão.

Depoimento

Durante o depoimento, a mulher afirmou que realizava a adulteração de bebidas desde 2021. De acordo com sua versão, o procedimento consistia em reutilizar garrafas de marcas conhecidas, preenchendo-as com produtos de menor valor comercial. Ela declarou, também, que adquiria as bebidas em estabelecimentos comerciais e que os itens possuíam documentação fiscal.

A depoente negou, no en-



Segundo investigações, ela foi detida em flagrante em uma fábrica irregular de bebidas

tanto, a adição de substâncias tóxicas, como metanol ou etanol industrial, às misturas. Segundo ela, as bebidas utilizadas tinham origem lícita e, em sua avaliação, não apresentariam risco à saúde. Ainda assim, reconheceu ter cometido irregularidades ao realizar o reenvase e a redistribuição dos produtos.

Outras participações

Questionada sobre a possibilidade de atuação em conjunto com outras pessoas, afirmou ter agido sozinha. Também de-

clarou arrependimento e atribuiu sua conduta a dificuldades financeiras enfrentadas no período, relacionadas ao sustento da família. A depoente afirmou que o volume de comercialização não era elevado.

A mulher não apresentou, durante a sessão na Câmara de Vereadores de SP, nomes de clientes ou envolvidos. Informou que esses dados serão encaminhados posteriormente por meio de seu advogado e que já estão em posse das autoridades policiais responsáveis pelo caso.

Richard Lourenço / REDE CÂMARA SP

reforçam a gravidade das investigações. A presidência do colegiado destacou a importância da colaboração dos depoentes para o avanço dos trabalhos e a identificação de possíveis responsáveis pela cadeia de produção e distribuição irregular.

A vice-presidência da Comissão Parlamentar de Inquérito ressaltou que a coleta de depoimentos é essencial para mapear a atuação do comércio ilegal e compreender a estrutura das operações clandestinas. A expectativa agora é ampliar o número de oitivas nas próximas etapas da investigação.

Requerimentos

Durante a reunião, também foram aprovados dois requerimentos apresentados pela relatoria. Um deles prevê o convite a uma entidade ligada a cooperativas de reciclagem, com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre o fluxo de materiais reutilizados. O outro solicita a intimação de um indivíduo apontado como possível fornecedor de recipientes utilizados no esquema investigado.

A sessão contou com a participação de vereadores integrantes da comissão, que seguem conduzindo os trabalhos com foco na apuração de responsabilidades e na prevenção de novos casos relacionados à adulteração de bebidas alcoólicas.

Familiares de vítimas

Além do depoimento da investigada, a comissão ouviu familiares de vítimas de intoxicação por metanol. Uma das participantes relatou que o filho, de 24 anos, perdeu a visão após ingerir bebida adulterada durante um evento realizado no ano passado. O jovem também se manifestou sobre o assunto, destacando impactos profundos em sua vida pessoal e profissional após o episódio.

Parlamentares que integram a CPI avaliaram que os relatos

Audiência discute inclusão de pessoas com mais de 50

Douglas Ferreira | REDE CÂMARA SP

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo realizou, nesta quarta-feira (15), uma audiência pública para discutir projetos de lei em tramitação. Entre os temas analisados, ganhou destaque a proposta que institui uma política municipal voltada à inclusão de pessoas com mais de 50 anos no mercado de trabalho.

O projeto prevê a concessão de benefícios fiscais a empresas do setor de serviços que contratarem profissionais dessa faixa etária. A proposta, no entanto, gerou divergências durante o debate.

Representantes da área econômica do município apontaram possíveis impactos nas contas públicas e questionaram a viabilidade jurídica do texto. Segundo a avaliação técnica apresentada, o modelo atual pode entrar em conflito com normas tributárias e gerar perda de arrecadação, o que exigiria ajustes para que a



O projeto prevê a concessão de benefícios fiscais a empresas

medida possa avançar.

Por outro lado, vereadores defenderam a relevância social da iniciativa. Durante a audiência, parlamentares ressaltaram a dificuldade de reinserção de profissionais mais velhos no mercado de trabalho e destacaram possíveis reflexos na

qualidade de vida e na saúde.

Também foi discutido um projeto que trata da ampliação dos meios digitais para pagamento de tributos municipais, incluindo opções como Pix e cartões. Técnicos informaram, ainda, que parte dessas ferramentas já está em funcionamento.

Vereadores debatem segurança e educação

A sessão plenária realizada nesta quarta-feira (15) na Câmara de SP foi marcada por discursos de vereadores sobre temas ligados à segurança pública e à educação. Durante o período destinado às falas de lideranças, diferentes parlamentares apresentaram posicionamentos e demandas.

No campo da segurança, foi mencionada a morte de um entregador por aplicativos, ocorrida na semana passada na capital, após disparo feito por um agente da Guarda Civil Metropolitana nas imediações do Parque Ibirapuera.

O caso motivou a defesa da ampliação do uso de câmeras corporais por integrantes das forças de segurança, como forma de reforçar mecanismos de controle e transparência nas ações.

Já na área da educação, vereadores relataram queixas de gestores escolares sobre atrasos no repasse de recursos do Programa

de Transferência de Recursos Financeiros. A ausência dos valores tem impactado a realização de manutenções básicas nas unidades, como reparos estruturais e melhorias em instalações.

Também foi debatida a situação do Transporte Escolar Gratuito. Parlamentares repercutiram uma audiência pública recente que reuniu pais, responsáveis, profissionais do setor e representantes de entidades. Entre os pontos levantados, estão dificuldades de acesso de estudantes às escolas e preocupações com a continuidade do serviço. Durante a sessão, houve ainda um minuto de silêncio em homenagem a vítimas recentes, incluindo um ex-vereador, o entregador citado, um líder religioso e pessoas afetadas por casos envolvendo metanol.

Nesta quinta-feira (16) haverá a instalação de comissões extraordinárias na Câmara.